

Tema desta edição é sobre a discussão de propostas e iniciativas nacionais e internacionais para todo o setor

Começou, hoje (22/10), o 4º Fórum da Saúde Suplementar, no Rio de Janeiro. Com o tema 'O desafio da eficiência em saúde: um debate inclusivo', a Federação Nacional da Saúde Suplementar (FenaSaúde) recebeu, no primeiro dia, os Ministros de Estado da Saúde e da Justiça, Gilberto Occhi e Torquato Jardim, respectivamente, além de autoridades do setor. Para trazer a experiência internacional, o Fórum contou com a participação de Robert Pearl, diretor executivo e CEO do The Permanente Medical Group e professor de Medicina e Administração em Saúde da Universidade de Stanford.

Durante o primeiro dia do evento, também aconteceram os debates sobre 'Economia e Saúde no cenário brasileiro' e 'Como fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS) nos planos de saúde'. Este último com a participação do vice-presidente sênior da UnitedHealth Group, Lewis Sandy. As discussões foram realizadas por profissionais de todo o setor, incluindo representantes de hospitais, planos de saúde, médicos e autoridades.

O Fórum continuará amanhã, dia 23 de outubro, com presença do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, que abordará 'O momento institucional brasileiro'. Haverá ainda palestras sobre o 'Crescimento dos custos em Saúde', 'O futuro da informação' e um balanço do evento que trará a agenda do setor para 2019.

Cerimônia de abertura

Durante a abertura do 4º Fórum da Saúde Suplementar, a presidente da FenaSaúde, Solange Beatriz Palheiro Mendes, destacou que a missão da Federação é disseminar informação qualificada para que empresas e consumidores possam tomar decisões acertadas e exercer com segurança seu poder de escolha. "Com o objetivo de apoiar a tomada de decisão para as mudanças necessárias dos problemas identificados, a FenaSaúde lança a publicação 'Desafios da Saúde Suplementar 2019'. Defendemos 11 medidas para fortalecer o setor, entre elas a Atenção Primária à Saúde e rede hierarquizada; novas regras de formação de preços e reajuste; mudanças de regras para a incorporação de novas tecnologias; combate a fraudes, com tipificação de crimes; a mudança de modelo de remuneração; Análise de Impacto Regulatório; e a criação de produtos de previdência e poupança vinculados à saúde", afirmou Solange Beatriz.

Márcio Serôa de Araujo Coriolano, presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), reforçou as palavras da presidente da FenaSaúde, ressaltando a necessidade de convergência do setor através de três pilares básicos: cuidados com a saúde, sustentação do financiamento e protagonismo do consumidor. "Precisamos nos unir e criar alternativas viáveis tanto para os órgãos reguladores quanto para os gestores do setor sem deixar de colocar o paciente no centro do debate", disse Coriolano.

Para Werson Rêgo, desembargador da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ainda há necessidade em investir em um diálogo transparente na busca de construção para os reais problemas que afligem a saúde brasileira. "Dispomos de recursos limitados que precisam ser adequadamente administrados e investidos. Temos que buscar soluções transparentes e espírito público para atender a todos os consumidores. Na ânsia em defender os direitos de um podemos não dar atenção ao todo. Temos que sempre pensar na coletividade e não a quem tem o acesso ao sistema judiciário", afirmou.

A atenção ao beneficiário também foi destacada pelos diretores da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Carlos Alberto de Paula e

Leandro Fonseca, respectivamente. Ambos afirmaram que as soluções devem ser encontradas em prol de todos.

O ministro de Estado da Saúde, Gilberto Occhi, reforçou a necessidade de um prontuário eletrônico para melhor atendimento ao paciente, seja no atendimento público ou privado. “Ambos setores têm os mesmos interesses em oferecer o que há de melhor para a população”, ressaltou Occhi. Já o Ministro da Justiça, Torquato Jardim, destacou a necessidade de o consumidor ter clareza de suas contratações. Sendo necessário mitigar a agressividade das vendas e reforçar a eficácia dos contratos para reduzir a judicialização da saúde que aumentou em 70% nos últimos anos. “Há muito processo porque existe muita desinformação”, afirmou.

Fonte: CNseg, em 22.10.2018.